

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2019**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2019.008.000005-2-PR

**OBJETO:** PARCERIA PÚBLICO PRIVADA (PPP) NA MODALIDADE DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ.

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

DATA DA ABERTURA: \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

HORÁRIO: 10h (dez horas).

LOCAL: Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado nº 47, Parque Santo Amaro, Campos dos Goytacazes, RJ.

**DISPONIBILIDADE DO EDITAL:** O Edital da presente Licitação, seus Anexos, assim como todas as informações, estudos projetos disponíveis sobre Rede de Iluminação Pública poderão ser obtidos no site: <https://campos.rj.gov.br/licitacoes.php>.

**DÚVIDAS SOBRE O EDITAL:** As dúvidas acerca do presente Edital deverão ser encaminhadas à CPL, em até 3 (três) dias úteis anteriores à data de abertura da sessão pública, através do e-mail [cpl.prefeitura@campos.rj.gov.br](mailto:cpl.prefeitura@campos.rj.gov.br), devendo ser informados, no campo "assunto", a modalidade e o número da licitação (Concorrência 002/2019). As impugnações editalícias e interposições de recursos deverão ser, OBRIGATORIAMENTE, protocoladas no Protocolo Geral do Município, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado nº 47, Parque Santo Amaro, Campos dos Goytacazes, RJ, nos prazos definidos no artigo 41, parágrafos 1º e 2º, e artigo 109, respectivamente da Lei 8,666/93.

Campos dos Goytacazes-RJ, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

## **PRÊAMBULO**

### **A. PROCEDIMENTOS FORMAIS LEGAIS**

O Município de Campos dos Goytacazes, por meio do Comitê Gestor de Parceria Público Privada Municipal, através de sua Comissão Permanente de Licitação, doravante designada simplesmente de C.P.L., torna público que fará realizar a Licitação acima identificada, na modalidade concorrência pública, para a seleção de proposta mais vantajosa para o Município de Campos dos Goytacazes e contratação de concessão administrativa para a modernização, eficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura do Parque de Iluminação Pública do Município de Campos dos Goytacazes-RJ, em conformidade com a Lei Federal nº 11.079/2004 (Lei Federal de Parcerias Público-Privadas), com a Resolução Normativa nº 414, de 09 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/93 (Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos), a Lei Federal nº 8.987/95, autorizado pela Lei Municipal 009/2019 e demais normas que regem a matéria, observadas as regras do presente Edital e dos seus ANEXOS.

A Sessão Pública ocorrerá em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020, às 10h (dez horas).

A presente Licitação foi precedida de consulta pública realizada no período compreendido entre 20 de dezembro de 2018 e 05 de fevereiro de 2019, prorrogado até 08 de março de 2019, nos termos do Art. 10, inciso VI, da Lei 11.079/2004.

A licitação foi precedida, também, de audiência pública, realizada em 26 de abril de 2019, nos termos do Parágrafo Terceiro, do Art. 10, da Lei 11.079/2004.

A autorização legislativa foi dada pela Lei Municipal 009, de 29 de abril de 2019.

## **CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

### **1. Das Definições**

1.1. Para fins deste Edital, de seus ANEXOS ou de qualquer outro documento que deva ser fornecido neste certame, os termos listados a seguir, quando empregados no singular ou no plural, em letras maiúsculas, terão os significados constantes deste subitem, salvo se do contexto resultar sentido claramente diverso:

**ADJUDICAÇÃO:** ato pelo qual a autoridade competente do PODER CONCEDENTE conferirá ao LICITANTE vencedor o objeto da LICITAÇÃO;

**ADJUDICATÁRIA:** LICITANTE à qual foi adjudicado o OBJETO da LICITAÇÃO;

**ANEEL:** Agência Nacional de Energia Elétrica;

**ANEXOS:** documentos que integram o presente EDITAL;

**ÁREA DA CONCESSÃO:** área correspondente ao território do Município de Campos dos Goytacazes, englobando a infraestrutura da REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA contida dentro desse limite.

**BENS VINCULADOS À CONCESSÃO:** bens, integrantes ou não do patrimônio da CONCESSIONÁRIA, necessários à implantação e execução adequada e contínua do OBJETO contratado;

**BENS REVERSÍVEIS:** bens indispensáveis à continuidade dos serviços relacionados ao OBJETO da CONCESSÃO, os quais serão revertidos ao PODER CONCEDENTE ao término do CONTRATO, incluindo, mas sem se limitar a, instalações, LUMINÁRIAS, braços, postes exclusivos de ILUMINAÇÃO PÚBLICA, cabos do circuito exclusivo, transformadores do circuito exclusivo, conectores, demais componentes integrantes da rede, inclusive o imóvel e a infraestrutura física onde será instalado o CCO, conforme previsto no CONTRATO;



**CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR:** eventos imprevisíveis e inevitáveis e que tenham um impacto sobre a execução do OBJETO da CONCESSÃO. CASO FORTUITO é toda situação decorrente de fato alheio à vontade das PARTES, porém, proveniente de atos humanos. FORÇA MAIOR é toda situação decorrente de fato alheio à vontade das PARTES, porém, proveniente de atos da natureza;

**CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL ou CCO:** local destinado ao monitoramento e controle da REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, composto por estrutura física, equipamentos e softwares de tecnologia da informação que permitem a gestão centralizada da REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, a partir do controle do patrimônio, da detecção de falhas, da medição remota do consumo de energia nos PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA e da priorização de atendimentos e intervenções em tempo real, além do registro, despacho e acompanhamento de ocorrências, conforme disposições do **ANEXO 2 do CONTRATO – CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA;**

**CIP ou COSIP:** Contribuição de Iluminação Pública prevista no art. 149-A da Constituição da República.

**Comissão Permanente de Licitação:** comissão instituída pela Portaria 026/2019, a qual será responsável por receber, examinar e julgar todos os documentos e conduzir os procedimentos relativos à LICITAÇÃO;

**COMITÊ GESTOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGP:** colegiado de decisão de parcerias público-privadas, nos termos do Decreto Municipal 163/2017.

**CONCESSÃO:** concessão administrativa para a realização do OBJETO, outorgada à CONCESSIONÁRIA pelo prazo previsto no CONTRATO;

**CONCESSIONÁRIA:** Sociedade de Propósito Específico – SPE, constituída de acordo com o disposto neste EDITAL e no CONTRATO e sob as leis brasileiras, com o fim exclusivo de execução do OBJETO da CONCESSÃO;

**CONCORRÊNCIA:** Modalidade de licitação prevista no caput do artigo 10, da lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e pelo artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

**CONFEA:** Conselho Federal de Engenharia e Agronomia;



**CONSORCIADO:** sociedade, fundo ou pessoa jurídica integrante de CONSÓRCIO;

**CONSÓRCIO:** associação de sociedades, fundos ou entidades com o objetivo de participar da LICITAÇÃO, que, sagrando-se vencedora do certame, deverá se constituir em SPE, segundo as leis brasileiras;

**CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA:** valor efetivo que será pago mensalmente à CONCESSIONÁRIA, considerados os eventuais descontos decorrentes da incidência do FATOR DE DISPONIBILIDADE e do FATOR DE DESEMPENHO sobre a REMUNERAÇÃO dos serviços por ela prestados, na forma do CONTRATO e seus ANEXOS;

**CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL MÁXIMA:** valor máximo devido mensalmente à CONCESSIONÁRIA, não considerados os eventuais descontos decorrentes da incidência do FATOR DE DISPONIBILIDADE e do FATOR DE DESEMPENHO sobre a REMUNERAÇÃO dos serviços por ela prestados, na forma do CONTRATO e de seus ANEXOS;

**CONTRATO:** instrumento jurídico a ser firmado entre as PARTES, que regula os termos da CONCESSÃO, conforme o ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO;

**CONTROLADA:** qualquer pessoa jurídica ou fundo de investimento cujo CONTROLE é exercido por outra pessoa, física ou jurídica, ou fundo de investimento;

**CONTROLADORA:** qualquer pessoa, natural ou jurídica, ou fundo de investimento que exerça CONTROLE sobre outra pessoa jurídica ou fundo de investimento;

**CONTROLE:** o poder detido por pessoa ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum para, isolada ou conjuntamente: (i) exercer, de modo permanente, direitos que lhe assegurem a maioria dos votos nas deliberações sociais e eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa jurídica, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar, conforme o caso; e/ou (ii) efetivamente dirigir as atividades e orientar o funcionamento de órgãos de outra pessoa jurídica, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar;

**CREA:** Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;



**DATA DA ORDEM DE INÍCIO:** data a partir da qual a CONCESSIONÁRIA assumirá a REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA INICIAL e serão iniciados os serviços OBJETO do CONTRATO, conforme ordem a ser exarada por escrito pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, depois de publicado o CONTRATO no Diário Oficial de Campos dos Goytacazes;

**DATA DE ASSINATURA:** Data em que o CONTRATO será assinado entre o Município de Campos dos Goytacazes e a Concessionária, a partir da qual todas as suas cláusulas tornar-se-ão plenamente vigentes em relação às PARTES e terá início o Prazo da Concessão.

**DATA DA ASSUNÇÃO:** Data na qual a Concessionária assumirá os bens e serviços que integram a Rede de Iluminação Pública de Campos dos Goytacazes, por meio da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens, nos termos do Anexo 1 do Contrato.

**DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS:** data correspondente ao dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020, às 10h (dez horas), quando deverão ser entregues, no setor de Licitações da PMCG localizado à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado nº 47, Parque Santo Amaro, Campos dos Goytacazes, RJ, todos os documentos necessários à participação na LICITAÇÃO;

**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:** conjunto de documentos arrolados no presente EDITAL, destinados a comprovar, dentre outros, a habilitação jurídica, a regularidade fiscal e trabalhista, a qualificação econômico-financeira e a capacidade técnica dos LICITANTES;

**DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO:** data de publicação do CONTRATO no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes;

**DOM:** Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes;

**EDITAL:** o presente Instrumento que contém o conjunto de instruções, regras e condições necessárias à orientação da LICITAÇÃO e todos os seus ANEXOS.

**EFICIÊNCIA ENERGÉTICA OU EFICIENTIZAÇÃO:** Procedimento que tem por finalidade reduzir o consumo de energia elétrica necessário à realização de um



determinado trabalho, excetuando o uso de energia proveniente de matéria prima não utilizada, em escala industrial, na matriz energética.

**ENCARGOS:** conjunto de Serviços, Obras e Fornecimento a ser desenvolvido pela Concessionária no âmbito da concessão.

**ENVELOPE A:** invólucro contendo os documentos de credenciamento;

**ENVELOPE B:** invólucro contendo os documentos de HABILITAÇÃO;

**ENVELOPE C:** invólucro contendo os documentos da PROPOSTA TÉCNICA; e

**ENVELOPE D:** invólucro contendo os documentos da PROPOSTA COMERCIAL.

**ESTUDOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO:** estudos preliminares recebidos pelo PODER CONCEDENTE no âmbito do Chamamento Público;

**FATOR DE DESEMPENHO ou FDE:** número calculado entre 0 (zero) e 1 (um) em função do desempenho da CONCESSIONÁRIA na execução dos serviços OBJETO do CONTRATO, medido conforme os INDICADORES DE DESEMPENHO do ANEXO 3 do CONTRATO – SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DISPONIBILIDADE E DESEMPENHO;

**FINANCIADOR:** toda e qualquer instituição financeira, banco de fomento ou agência multilateral de crédito, que conceda financiamento à CONCESSIONÁRIA para a execução do OBJETO do CONTRATO;

**FINANCIAMENTO:** todo e qualquer financiamento, eventualmente concedido à CONCESSIONÁRIA, na forma de dívida para cumprimento das suas obrigações no âmbito do CONTRATO;

**GESTOR:** pessoa natural ou jurídica autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, contratada para realizar a gestão profissional de carteira de fundo de investimento;

**HOMOLOGAÇÃO:** ato pelo qual a autoridade competente, após verificar a regularidade dos atos praticados, ratifica o resultado da LICITAÇÃO;

**IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é uma fundação pública da administração federal brasileira criada em 1934.





**IGP-M:** Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas – FGV;

**IPCA:** Índice de Preços ao Consumidor Amplo, medido mensalmente pelo IBGE.

**ILUMINAÇÃO PÚBLICA:** serviço que tem por objetivo exclusivo prover de claridade os LOGRADOUROS PÚBLICOS, de forma periódica, contínua ou eventual, nos termos da legislação e normas regulamentares vigentes;

**INDICADORES DE DESEMPENHO:** conjunto de metas, padrões de qualidade, formas de aferição e periodicidade para a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA, conforme disposto no CONTRATO, em especial, o seu ANEXO 3 do CONTRATO – SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DISPONIBILIDADE E DESEMPENHO;

**INFRAESTRUTURA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA:** Composta por vias públicas em geral, largos, praças, parques, jardins, e semelhantes; equipamentos públicos inseridos em parques e praças e centros esportivos; faixa de pedestre; pontos de ônibus; iluminação de destaque em monumentos históricos e públicos, dentre outros.

**LED:** Fonte de luz em estado sólido (eletrônica), também conhecida com Diodo Emissor de Luz, ou em inglês, Light Emitting Diodo.

**LICITAÇÃO:** procedimento administrativo conduzido pelo PODER CONCEDENTE para selecionar, dentre as PROPOSTAS COMERCIAIS apresentadas, a que seja mais vantajosa para a Administração Pública, com base nos critérios previstos neste EDITAL;

**LICITANTE:** qualquer pessoa jurídica, fundo de investimento ou CONSÓRCIO participante da LICITAÇÃO;

**LOGRADOURO PÚBLICO:** rua, avenida, travessa ou passagem, via de pedestre, viela, viela sanitária, balão de retorno, passarela, praça, parque, alameda, largo, beco, ladeira, viaduto, ponte, túnel, complexo viário, rodovia, estrada ou caminho público e monumentos, fachadas e obras de arte de valor histórico, cultural ou paisagístico, localizados na ÁREA DA CONCESSÃO;





**LUMINÁRIA:** equipamento composto por módulo emissor de luz e outros componentes, responsável pelo direcionamento, fixação e proteção da fonte de luz e de seus dispositivos auxiliares de acendimento, operação e controle;

**MANUTENÇÃO PREVENTIVA:** é a manutenção realizada com a intenção de reduzir ou evitar a quebra ou a queda no desempenho do equipamento. Para isso, utiliza-se um plano antecipado com intervalos de tempo definidos. Neste tipo de manutenção os cuidados preventivos servem para evitar quebras ou falhas.

**MANUTENÇÃO PREDITIVA:** a manutenção preditiva, também chamada de manutenção planejada é aquela que visa realizar ajustes no equipamento apenas quando eles precisarem, porém, sem deixá-los falhar. Com um acompanhamento direto e constante é possível prever falhas, saber quando será necessário fazer uma intervenção e realizar manutenções preditivas, por exemplo, controlando a quantidade de horas de uso de determinado equipamento.

**METAS QUANTITATIVAS:** conjunto de indicadores numéricos do volume de ações efetuadas pela SPE considerando ações de operação (fornecimento da energia necessária para perfeita utilização dos equipamentos das redes), Manutenção (podendo ser considerada Corretiva, Preventiva e Preditiva, relacionadas aos níveis de serviço objetivados pelo Poder Concedente), melhorias (atualização tecnológica projetada), eliminação à demanda reprimida, atendimento ao crescimento vegetativo das bases instaladas, valores que contribuirão para determinar o valor da Contraprestação Mensal Efetiva devida à Concessionária.

**OBJETO:** modernização, efficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura do Parque de Iluminação Pública do Município de Campos dos Goytacazes-RJ, cujas diretrizes estão indicadas neste EDITAL, no CONTRATO e respectivos ANEXOS;

**ORDEM DE INÍCIO:** documento emitido pelo PODER CONCEDENTE posteriormente à DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO, que fixa a data para o início dos serviços OBJETO do CONTRATO;

**PARTES:** o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA;



**PLANO DE NEGÓCIOS DE REFERÊNCIA:** estudo referencial de viabilidade econômico-financeira da CONCESSÃO descrito no ANEXO I – PLANO DE NEGÓCIOS DE REFERÊNCIA;

**PODER CONCEDENTE:** o Município de Campos dos Goytacazes-RJ;

**PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA:** conjunto formado por LUMINÁRIA e acessórios indispensáveis ao respectivo funcionamento e sustentação, podendo também ser identificado como ponto luminoso ou ponto de luz;

**PRAZO DA CONCESSÃO:** Considera o prazo de 30 (trinta) anos, contados da Data de Início.

**PROPONENTE:** qualquer pessoa jurídica, fundo de investimento ou CONSÓRCIO participante da LICITAÇÃO;

**PROPOSTA COMERCIAL:** proposta apresentada pelos LICITANTES de acordo com os termos e condições do EDITAL e seus ANEXOS, em especial o ANEXO II - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL;

**RECEITAS COMPLEMENTARES, ACESSÓRIAS OU DE PROJETOS ASSOCIADOS:** as receitas percebidas pela CONCESSIONÁRIA que não compõem a CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA nos termos do CONTRATO;

**REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ:** conjunto de ativos que compõem a infraestrutura de ILUMINAÇÃO PÚBLICA de Campos dos Goytacazes-RJ, incluindo-se os circuitos exclusivos da ILUMINAÇÃO PÚBLICA;

**REMUNERAÇÃO:** contraprestação pecuniária mensal à qual a CONCESSIONÁRIA faz jus em razão da prestação dos serviços, nos termos do CONTRATO e seus ANEXOS, em especial, do ANEXO 3 do CONTRATO – SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DISPONIBILIDADE E DESEMPENHO e do CONTRATO ANEXO 4 do CONTRATO – REMUNERAÇÃO E MECANISMO DE PAGAMENTO;

**REPRESENTANTES CREDENCIADOS:** Pessoas autorizadas a representar com as Proponentes em todos os documentos relacionados à Concorrência.

**SPE:** Sociedade de Propósito Específico a ser constituída, pela Proponente vencedora,

sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, que celebrará o Contrato com o Município de Campos dos Goytacazes.

**SUSEP:** Superintendência de Seguros Privados, autarquia federal criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966;

**TELEGESTÃO:** Sistema de monitoramento e controle bidirecional dos pontos de iluminação pública em tempo real.

**VALOR DO CONTRATO:** Valor referencial, adotado no presente Contrato, que representa o valor total nominal estimado de pagamentos a serem realizados pelo Poder Concedente a título de Contraprestação Pública, durante todo o prazo de Concessão.

**VERIFICADOR INDEPENDENTE:** pessoa jurídica a ser contratada pelo PODER CONCEDENTE para prestar apoio ao processo de aferição do FATOR DE DISPONIBILIDADE e do FATOR DE DESEMPENHO, nos termos deste EDITAL e do CONTRATO.

## **2. Do Objeto da Licitação**

**2.1. O OBJETO da presente LICITAÇÃO é a CONCESSÃO administrativa para a modernização, eficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura do Parque de Iluminação Pública do Município de Campos dos Goytacazes-RJ, conforme disposto na MINUTA DO CONTRATO e ANEXOS, compreendendo a execução dos ENCARGOS.**

2.1.1. As características e especificações técnicas referentes à execução do OBJETO estão indicadas neste EDITAL e seus ANEXOS.

2.1.2. A execução do OBJETO deverá obedecer ao disposto nas normas, padrões e demais procedimentos constantes da legislação aplicável, no presente EDITAL e em seus ANEXOS, bem como na documentação apresentada pela ADJUDICATÁRIA.



### **3. Do Tipo de Licitação e do Critério de Julgamento**

3.1. A presente LICITAÇÃO é do tipo Técnica e Preço, onde o critério de julgamento será o do menor valor de contraprestação mensal a ser pago pela Administração Pública, combinado com o critério de melhor técnica, de acordo com os critérios de julgamento previstos no EDITAL e na Lei 11.079/2004.

### **4. Do Valor Estimado do Contrato**

4.1. O valor total estimado do CONTRATO correspondente a R\$ 662.054.723,00 (seiscentos e sessenta e dois milhões, cinquenta e quatro mil e setecentos e vinte e três reais), tendo como referência a data da entrega da PROPOSTA COMERCIAL, que corresponde ao somatório das CONTRAPRESTAÇÕES MENSAIS MÁXIMAS indicadas no Plano de Negócios Referencial, durante o prazo de 30 (trinta) anos, a serem pagas pelo PODER CONCEDENTE, a preços constantes, sem projeções inflacionárias.

### **5. Do Valor Total Estimado da Contraprestação Mensal**

5.1. A CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL MÁXIMA que a CONCESSIONÁRIA poderá receber, ao longo da CONCESSÃO, será de R\$ 1.918.143,08 (um milhão, novecentos e dezoito mil , cento e quarenta e três reais e oito centavos).

### **6. Do Prazo**

6.1. O prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) anos, contados da DATA DA ORDEM DE INÍCIO.

6.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado, a critério do PODER CONCEDENTE, de forma a assegurar a efetiva e adequada gestão da REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA de Campos de Goytacazes pela CONCESSIONÁRIA, respeitados os limites estabelecidos na legislação aplicável, bem como as hipóteses e condições contempladas no CONTRATO.



## **7. Das Alterações do Edital**

7.1. O presente EDITAL poderá ser modificado visando à possibilidade de saneamento de falhas, de complementação de insuficiências ou ainda de correções de caráter formal no curso do procedimento, observando-se o seguinte procedimento:

- A) divulgação de qualquer alteração no seguinte sítio eletrônico:  
[www.campos.rj.gov.br](http://www.campos.rj.gov.br);
- B) divulgação no Diário Oficial do Município de Campos de Goytacazes; e
- C) Reabertura do prazo inicialmente estabelecido, quando a modificação afetar a formulação das propostas.

## **CAPÍTULO II – PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO**

### **8. Das Condições de Participação**

8.1. Poderá participar desta CONCORRÊNCIA qualquer pessoa jurídica brasileira ou estrangeira, isolada ou conjuntamente, sendo permitidos CONSÓRCIOS para execução do OBJETO deste EDITAL, desde que comprovem as exigências previstas no Art. 33, da Lei nº 8.666/93, bem como o atendimento das prescrições abaixo por parte de cada empresa integrante.

8.2. Poderão participar desta LICITAÇÃO as sociedades empresárias e outras pessoas jurídicas cuja natureza e objeto sejam compatíveis com as obrigações e atividades objeto desta CONCESSÃO. No caso de consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:

- a) Deverá ser apresentado, junto com os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, comprovação de compromisso, público ou particular, de constituição do CONSÓRCIO, subscrito pelas empresas CONSORCIADAS, estabelecendo,



com clareza e precisão, o compromisso destas entre si e em relação ao OBJETO da LICITAÇÃO, ou seja, identificando os serviços que caberão a cada uma das CONSORCIADAS, indicando, ainda, a empresa líder e responsável principal pelos atos praticados pelo CONSÓRCIO, que exercerá a liderança e a representação do mesmo perante o Município de Campos de Goytacazes, com poderes inclusive para transferir, requerer, receber e dar quitação, bem como, especificando, com clareza e precisão, a responsabilidade técnica de cada uma das empresas, em relação ao OBJETO da LICITAÇÃO, após o término do CONSÓRCIO;

- b) A LICITANTE que participar desta LICITAÇÃO em CONSÓRCIO não poderá, também, participar de forma isolada ou como membro de mais de um CONSÓRCIO;
- c) O compromisso de CONSÓRCIO deverá estabelecer responsabilidade solidária das empresas integrantes pelos atos praticados sob CONSÓRCIO;
- d) O CONSÓRCIO vencedor deverá promover, antes da celebração do CONTRATO, a constituição da SPE, conforme as regras previstas neste EDITAL, observando, na composição de seu capital social, o estabelecido no CONTRATO e mantendo, para todos os efeitos, participações idênticas àquelas constantes do termo de compromisso de constituição do CONSÓRCIO apresentado na LICITAÇÃO
- e) Somente se admitirá a participação de sociedades CONTROLADAS, CONTROLADORAS ou sob Controle comum de uma mesma LICITANTE quando no mesmo CONSÓRCIO.
- f) Cada CONSORCIADO deverá atender individualmente às exigências relativas à REGULARIDADE JURÍDICA, FISCAL E TRABALHISTA contidas no EDITAL;



- g) As exigências para a QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, poderão ser atendidas conjuntamente pelo CONSÓRCIO ou por seus participantes individualmente, observadas as regras estabelecidas nesse EDITAL;
- h) As exigências de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA poderão ser atendidas conjuntamente pelo CONSÓRCIO ou por seus participantes individualmente, observadas as regras estabelecidas nesse EDITAL;
- i) A desclassificação ou inabilitação de qualquer CONSORCIADO acarretará a automática desclassificação ou a inabilitação do CONSÓRCIO;
- j) Não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão de consorciados até a assinatura do CONTRATO;
- k) Não há limite de número mínimo ou máximo de CONSORCIADOS para cada CONSÓRCIO.
- l) Não serão admitidas a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão dos CONSORCIADOS até a DATA DA ORDEM DE INÍCIO, a partir do quê deverão ser observadas, para todos os efeitos, as regras de transferência da CONCESSÃO e de transferência do CONTROLE da CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO.

8.3. Estarão impedidos de participar, DE QUALQUER FASE DA LICITAÇÃO, as LICITANTES isoladas ou em CONSÓRCIO que se enquadre em uma ou mais das situações a seguir:

- a) declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, por decisão administrativa, nos termos dos incisos III e IV do art. 87 da Lei no 8.666/1993;





- b) que se encontram interditadas por crimes ambientais, nos termos do art. 10 da Lei no 9.605/1998;
- c) cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município de Campos de Goytacazes;
- d) estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;
- e) cujo(s) dirigente(s), gerente(s), sócio(s) ou controlador(es), responsável(is) técnico(s) ou legal(is) seja(m) ou tenha(m) sido, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da publicação deste EDITAL, servidores ou dirigentes ligados à Prefeitura de Campos de Goytacazes ou a qualquer de seus órgãos ou entidades vinculadas a este Edital;
- f) cooperativas, Fundações e Associações na Licitação, bem como de pessoas jurídicas cujo controle seja detido, direta ou indiretamente, por pessoa jurídica de direito público.
- g) estejam sob intervenção da Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social;
- h) distribuidores e fornecedores detentores de contrato de concessão de energia elétrica na cidade de Campos dos Goytacazes, bem como as CONTROLADAS, CONTROLADORAS ou coligadas à concessionária de energia elétrica local; e
- i) Estejam sob intervenção do Banco Central do Brasil.

8.4. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste EDITAL, das condições gerais e finais, e particulares do objeto da presente LICITAÇÃO, devendo verificar as condições atuais, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do CONTRATO, vedadas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

## **9. Do Credenciamento das Licitantes**

9.1. As LICITANTES que desejarem se fazer representar, o farão através de REPRESENTANTE LEGAL OU PROCURADOR CREDENCIADOS.

9.2. Considera-se como representante legal qualquer pessoa habilitada pela licitante, mediante estatuto/contrato social, ou instrumento público/particular de procuração, ou documento equivalente.

9.3. No caso de CONSÓRCIO, a procuração deverá ser outorgada por todas as empresas integrantes do CONSÓRCIO ou pela pessoa jurídica líder, desde que comprovada tal condição (devendo acompanhar o contrato social ou documento equivalente e as procurações dos CONSORCIADOS à líder, outorgando poderes para que ela as represente na presente LICITAÇÃO).

9.4. Entende-se por documento credencial:

- a) Estatuto/Contrato Social, quando a pessoa credenciada for proprietária, sócia ou dirigente da empresa LICITANTE, acompanhado de documento de identidade;
- b) Procuração ou documento equivalente da LICITANTE, acompanhado de documento de identidade;
- c) Cada credenciado poderá representar apenas 01 (um) licitante.

9.5. Os credenciamentos deverão ser apresentados sob a forma de Procuração Pública ou Particular, devendo a mesma conferir amplos poderes de representação para procedimentos licitatórios, podendo-se observar, para tanto, o ANEXO III - MODELO DE PROCURAÇÃO;

- 9.5.1. Em se tratando de instrumento particular de mandato, ele deverá ser apresentado com firma reconhecida.



9.5.2. Não serão aceitas procurações que contenham poderes amplos, que não contemplem claramente a presente LICITAÇÃO ou que se refiram a outras licitações ou tarefas.

9.6. As LICITANTES que se fizerem representar por titulares da Empresa, comprovarão esta condição por instrumento de constituição, devidamente arquivado no órgão competente ou certidão, ou, no caso de sociedades por ações, com o documento comprobatório da eleição de seus administradores.

9.7. No caso de o representante ser de nacionalidade estrangeira, deverá ser apresentada, em acréscimo, a prova de sua permanência legal no País.

9.8. Os documentos de representação dos LICITANTES serão retidos pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e juntados ao processo da LICITAÇÃO.

9.9. Cabe aos representantes legais firmar as declarações e documentos referidos neste EDITAL.

9.10. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de um LICITANTE nesta LICITAÇÃO.

## **10. Da Apresentação do Envelopes**

10.1. Os documentos relativos ao Credenciamento, à Habilitação, à Proposta Técnica e à Proposta Comercial, depois de ordenados na sequência estabelecida neste EDITAL, serão apresentados em 04 (quatro) ENVELOPES distintos e lacrados, por representante das LICITANTES, munidos de documentos que comprovem seus poderes de representação, até o dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020, às 10h (dez horas), no endereço Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado nº 47, Parque Santo Amaro, Campos dos Goytacazes, RJ, os quais deverão conter no anverso:



**ENVELOPE “A” – DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO**

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - C.P.L.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA N° 002/2019

PROCESSO N° 2019.008.000005-2-PR

Razão Social da Licitante ou Denominação do Consórcio

**ENVELOPE “B” – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - C.P.L.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA N° 002/2019

PROCESSO N° 2019.008.000005-2-PR

Razão Social da Licitante ou Denominação do Consórcio

**ENVELOPE “C” - DOCUMENTOS DA PROPOSTA TÉCNICA**

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - C.P.L.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 002/2019

PROCESSO Nº 2019.008.000005-2-PR

Razão Social da Licitante ou Denominação do Consórcio

**ENVELOPE “D” – DOCUMENTOS DA PROPOSTA COMERCIAL**

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - C.P.L.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 002/2019

PROCESSO Nº 2019.008.000005-2-PR

Razão Social da Licitante ou Denominação do Consórcio

10.2. A inversão do conteúdo dos ENVELOPES acarretará na inabilitação ou desclassificação da LICITANTE.

10.3. Não será concedido prazo para apresentação ou complementação dos documentos exigidos para a Habilitação, salvo disposição legal em contrário.

10.4. Os documentos exigidos somente poderão ser apresentados em original, através de publicações em órgão de imprensa oficial, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente.

10.5. Os documentos extraídos via Internet somente serão considerados válidos após a confirmação da autenticidade por servidor municipal no endereço oficial (site) do órgão emissor.

10.6. Os documentos serão apresentados em 02 (duas) vias, sendo uma das vias em cópia simples, sem emendas ou rasuras, e poderão ser vistos pela Comissão mediante apresentação do original, até o dia anterior à abertura da LICITAÇÃO, visando agilizar o procedimento licitatório.

10.7. Os documentos exigidos deverão, preferencialmente, ser relacionados e numerados na ordem estabelecida neste EDITAL;

10.8. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

10.9. A apresentação do original das certidões poderá ser exigida pela Comissão, a qualquer tempo.

10.10. No caso de documentos em língua estrangeira, somente serão considerados se devidamente traduzidos ao português por tradutor público juramentado. Não será necessária a confirmação de autenticidade emitida pela Representação Diplomática ou Consular do Brasil no país de origem do documento, desde que as sociedades estrangeiras sejam provenientes de Estados Signatários da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, promulgada no Brasil por meio do Decreto federal no 8.660/2016. Nesse caso, a autenticação pelo respectivo consulado será substituída pela aposição da apostila de que tratam os artigos 3º e 4º da referida Convenção. A documentação e a respectiva apostila deverão ser traduzidas por tradutor juramentado. O disposto neste item não se aplica às empresas estrangeiras cujo país de origem seja signatário de acordo bilateral com o Brasil que dispense a consularização de documentos.



10.11. Serão inabilitados/desclassificados os LICITANTES que apresentarem documentação incompleta ou com borrões, rasuras, incorreções ou que não atenderem às exigências deste EDITAL.

10.12. Os documentos do ENVELOPE “C” - PROPOSTA TÉCNICA – serão apresentados e elaborados pela LICITANTE, editados, carimbados com a razão social e assinados pelo(s) seu(s) representante(s) legal(ais) e pelo responsável técnico.

10.13. Os documentos do ENVELOPE “D” - PROPOSTA COMERCIAL – serão elaborados pela LICITANTE, editados, carimbados com a razão social e CNPJ da LICITANTE e assinados pelo(s) seu(s) representante(s) legal (ais) e pelo responsável técnico. O valor global da Proposta será apresentado em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, sem rasuras ou entrelinhas, prevalecendo, em caso de discrepância, o valor por extenso. No caso de números inteiros, será dispensável a apresentação do algarismo zero nas casas decimais.

10.14. Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações ou substituições da proposta ou de quaisquer documentos, uma vez entregues os ENVELOPES.

10.15. Na hipótese de falta de numeração, numeração equivocada ou ainda inexistência de rubrica do representante legal nas folhas de documentação, poderá a Comissão Especial de Licitação solicitar ao representante da LICITANTE, devidamente identificado e que tenha poderes para tanto, que, durante a sessão de abertura do Envelope “A”, sane a incorreção.

10.16. No caso de cópias reprográficas, as autenticações, com fulcro no art. 32 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, deverão ser feitas por Tabelionato competente ou publicação em órgão da imprensa oficial.

10.17. As LICITANTES arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A Administração Pública, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na CONCORRÊNCIA ou os seus resultados.





10.18. Cada um dos volumes dos DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO, DA HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA e da PROPOSTA COMERCIAL, deverá ser apresentado em 2 (duas) vias, sendo uma via em cópia simples, encadernadas separadamente, com todas as folhas numeradas sequencialmente, inclusive as folhas de separação, catálogos, desenhos ou similares, se houver, independentemente de ser mais de um caderno, da primeira à última folha, de forma que a numeração da última folha do último caderno reflita a quantidade total de folhas de cada volume, não sendo, em hipótese alguma, permitidas emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

10.19. O conteúdo de cada envelope, independentemente da quantidade de cadernos, trará 01 (um) termo de abertura, 01 (um) índice e 01 (um) termo de encerramento próprio, com a indicação do número da página imediatamente antecedente.

10.20. Cada um dos envelopes deverá ser apresentado também em meio eletrônico, em arquivo portable document format (pdf), com conteúdo idêntico ao das 2 (duas) vias apresentadas em meio físico.

10.21. Na hipótese de divergência entre números e sua expressão por extenso, prevalecerá a forma por extenso.

10.22. Caso exista divergência entre as informações apresentadas em meio físico e eletrônico, prevalecerão as informações prestadas em meio físico.

10.23. O REPRESENTANTE CREDENCIADO deverá rubricar sobre o lacre de cada um dos envelopes, inserindo, ao lado da rubrica, de próprio punho, a sua data e hora.

10.24. Eventuais falhas formais na entrega ou defeitos formais nos documentos que façam parte dos DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO, DA HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA e da PROPOSTA COMERCIAL poderão ser sanadas pela Comissão Especial de Licitação, por ato motivado, em prazo por ela estabelecido, de acordo com as peculiaridades de cada caso, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.



10.25. Os documentos deverão ser apresentados em linguagem clara, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

10.26. As Propostas deverão ter validade de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias contados da Data de Entrega das Propostas, devendo ser mantidas, neste período, todas as condições nelas contidas.

10.27. Somente serão consideradas as Propostas que abranjam a totalidade do objeto, nos exatos termos deste Edital.

10.28. A Proposta Comercial deverá considerar todos os tributos incidentes sobre o objeto da Licitação, na forma da legislação vigente.

10.29. As Proponentes arcarão com todos os custos relacionados à preparação e à apresentação dos volumes de Credenciamento, dos Documentos de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta Comercial, não sendo o Município de Campos dos Goytacazes responsável, em qualquer hipótese, por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na Licitação ou seus resultados.

10.30. A prática de atos pelas Proponentes em cada etapa da Licitação está sujeita à preclusão, sendo vedado o exercício de faculdades referentes a etapas já consumadas da Licitação, salvo nas hipóteses admitidas no Edital.

10.31. Não serão aceitos envelopes entregues fora do dia, horário e local estabelecidos.

## **11. Das Sessões Públicas**

11.1. Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020, às 10h (dez horas), na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47, Parque Santo Amaro, Campos dos Goytacazes, RJ, as LICITANTES, por meio dos REPRESENTANTES CREDENCIADOS, entregarão à Comissão os ENVELOPES “A”, “B”, “C” E “D” (DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO, DA HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA e da PROPOSTA COMERCIAL).

11.2. Na Primeira Sessão Pública a ser realizada \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020, às 10h (dez horas), na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47, Parque Santo Amaro, Campos dos Goytacazes, RJ, será aberto somente os ENVELOPE “A” e “B”, contendo os documentos referentes ao Credenciamento e Documentos da habilitação.

11.3. A divulgação da data das Sessões Públicas para abertura do ENVELOPES “C” e “D” (Proposta Técnica e da Proposta Comercial) será publicada no Diário Oficial de Campos dos Goytacazes e no site da Prefeitura, após a publicação do resultado definitivo das LICITANTES habilitadas.

11.4. A Comissão Especial de Licitação, assim como as LICITANTES, rubricará os ENVELOPES lacrados contendo os documentos referentes à Proposta Técnica e Proposta Comercial, que ficarão sob a guarda da Comissão. No início das próximas Sessões Públicas para abertura dos ENVELOPES referidos, deverá ser verificada a inviolabilidade dos referidos ENVELOPES.

11.5. Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

11.6. Para fins de avaliação dos documentos constantes dos envelopes abertos, a Comissão Especial de Licitação poderá, a seu critério, propor encerramento da sessão respectiva, devendo a análise ser proferida em sessão posterior, cujo resultado será divulgado mediante publicação no Diário Oficial de Campos dos Goytacazes.

**PRIMEIRA SESSÃO - ABERTURA DOS ENVELOPE “A” e “B” –  
“CREDENCIAMENTO” / E “HABILITAÇÃO”**

11.7. A Comissão Especial de Licitação fará a abertura dos ENVELOPE “A” e “B”, do Credenciamento e da Habilitação, que terá o seus conteúdos rubricados pela Comissão e pelos LICITANTES presentes, e, em seguida, lavrará ata circunstanciada, que será assinada por todos os membros da Comissão e LICITANTES presentes.



11.8. O resultado do julgamento quanto Habilitação ou Inabilitação das LICITANTES, ocorrido após análise procedida em conformidade com as condições estabelecidas na legislação em vigor e no instrumento convocatório, será publicado no Diário Oficial de Campos dos Goytacazes, quando será aberto prazo para interposição de recurso, conforme disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

11.9. Dos recursos interpostos, será dado conhecimento a todas as LICITANTES, que poderão impugná-los no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação da interposição dos recursos.

11.10. Ocorrendo recurso, o seu julgamento será publicado no Diário Oficial de Campos dos Goytacazes, com a alteração do resultado, que por acaso advenha do mesmo.

11.11. As LICITANTES inabilitadas terão seus ENVELOPES “C” e “D” devolvidos, ainda lacrados, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação, ou renúncia expressa.

#### **SEGUNDA SESSÃO - ABERTURA DO ENVELOPE “C” - “PROPOSTA TÉCNICA”**

11.12. No horário, dia e local designados no Diário Oficial de Campos dos Goytacazes, os LICITANTES já credenciados na Primeira Sessão apresentarão documentos de identificação. Em caso justificado, a LICITANTE que necessitar substituir o representante já credenciado, deverá proceder a novo credenciamento.

11.13. A Comissão fará a abertura do ENVELOPE “C” contendo os documentos de Proposta Técnica das LICITANTES, que terá o seu conteúdo rubricado pela Comissão e pelas LICITANTES presentes, e em seguida lavrará ata circunstanciada, que será assinada por todos os membros da Comissão e LICITANTES presentes.

11.14. O resultado do julgamento quanto à classificação ou desclassificação da Proposta Técnica dos LICITANTES, ocorrido após análise procedida em conformidade com as condições estabelecidas na legislação em vigor e no instrumento convocatório, será publicado no Diário Oficial de Campos dos Goytacazes, quando será aberto prazo para interposição de recurso, conforme disposto no art. 109 da Lei 8.666/1993.



11.15. Dos recursos interpostos, será dado conhecimento a todas as LICITANTES, que poderão impugná-los no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação da interposição dos recursos.

11.16. Ocorrendo recurso, o seu julgamento será publicado no Diário Oficial de Campos dos Goytacazes, com alteração do resultado da ordem de classificação das licitantes, que por acaso advenham do mesmo.

11.17. A sessão pública para abertura dos envelopes de PROPOSTA COMERCIAL será designada após o julgamento dos recursos, que por ventura, venham a ser apresentados pelas LICITANTES da ordem de classificação ou desclassificação, decorrente do julgamento das PROPOSTAS TÉCNICAS, ou desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, admitida a possibilidade de aproveitamento da própria Sessão Pública para abertura dos documentos da proposta, caso todas as LICITANTES tenham apresentado desistência expressa do direito a recurso.

11.18. As Licitantes desclassificadas terão seu ENVELOPE “D” devolvido ainda lacrados, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação, ou renúncia expressa.

11.19. Não serão objeto de exame e deliberação os fatos ou alegações não invocadas até o encerramento dos trabalhos e que, por isso mesmo, não constem das respectivas atas.

11.20. A Comissão reserva-se o direito de, em qualquer época ou oportunidade, exigir das LICITANTES informações complementares, não aceitando, entretanto, a juntada de quaisquer documentos exigidos neste EDITAL não apresentado à época própria.

11.21. A ausência do representante da LICITANTE na Primeira Sessão, e por isso não sendo realizado o seu credenciamento, implicará na plena concordância com as decisões que venham a ser tomadas, naquela e nas outras Sessões que venham a



ocorrer, não lhe cabendo, em hipótese alguma, impugnar quaisquer atos ocorridos na condução da sessão.

### **TERCEIRA SESSÃO - ABERTURA DO ENVELOPE “D” - “PROPOSTA COMERCIAL”**

11.22. No horário, dia e local designados no Diário Oficial de Campos dos Goytacazes, os LICITANTES já credenciados na Primeira Sessão apresentarão documentos de identificação. Em caso justificado, a LICITANTE que necessitar substituir o representante já credenciado, deverá proceder a novo credenciamento.

11.23. A Comissão Especial de Licitação fará a abertura do ENVELOPE “D” da Proposta Comercial, que terá o seu conteúdo rubricado pela Comissão e pelos LICITANTES presentes, e, em seguida, lavrará ata circunstanciada, que será assinada por todos os membros da Comissão e licitantes presentes.

11.24. O resultado do julgamento quanto à classificação ou desclassificação das Propostas de Preços dos LICITANTES, ocorrido após análise procedida em conformidade com as condições estabelecidas na legislação em vigor e no instrumento convocatório, será publicado no Diário Oficial de Campos dos Goytacazes, quando será aberto prazo para interposição de recurso, conforme disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

11.25. Dos recursos interpostos, será dado conhecimento a todas as LICITANTES, que poderão impugná-los no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação da interposição dos recursos.

11.26. Ocorrendo recurso, o seu julgamento será publicado no Diário Oficial de Campos dos Goytacazes, com a alteração do resultado, que por caso advenha do mesmo.

11.27. A LICITAÇÃO será julgada pela combinação do critério de menor contraprestação pública proposta a ser paga pelo PODER CONCEDENTE, combinado com o de melhor técnica, conforme autorizado pelo art. 12, I, II, “b” e III, “a”, da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.



11.28. A análise dos documentos e julgamento da LICITAÇÃO será realizada pela Comissão, sendo que o julgamento da Proposta Técnica será apoiado por relatório emitido por uma equipe técnica a ser criada.

## **12. Dos Requisitos e Análise dos Documentos do Envelope “A” (Credenciamento)**

12.1. As LICITANTES que desejarem se fazer representar, o **farão** através de REPRESENTANTE LEGAL OU PROCURADORES CREDENCIADOS, devendo juntar toda a documentação relacionada no ENVELOPE “A”, conforme orientação constante neste Edital.

## **13. Dos Requisitos e Análise dos Documentos do Envelope “B” (Habilitação)**

### **DOCUMENTAÇÃO DE CARÁTER GERAL**

13.1. O volume dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, conteúdo do ENVELOPE “B”, deverá ser iniciado com carta de apresentação, devidamente assinada, conforme modelo constante do ANEXO IV – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

13.2. O volume dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverá ser acompanhado dos documentos indicados abaixo, de acordo com a natureza jurídica da LICITANTE:

- a) declaração do LICITANTE isolado ou do CONSÓRCIO de que, caso ADJUDICATÁRIO, constituirá a SPE para assinatura do CONTRATO, segundo as leis brasileiras, com sede e administração no Brasil, no Município de Campos dos Goytacazes. No caso de CONSÓRCIO, essa obrigação poderá ser suprida caso já conste do próprio instrumento de compromisso de constituição de CONSÓRCIO;





- b) declaração de que o objeto social da SPE a ser constituída se restringirá à execução do OBJETO do CONTRATO, o que deverá estar contemplado em seus atos constitutivos;
- c) compromisso de integralização de capital social mínimo da SPE nos termos previstos neste EDITAL e na MINUTA DO CONTRATO anexa a este EDITAL;
- d) compromisso de adoção, pela SPE, de padrões de governança corporativa e de contabilidade, e de elaboração de demonstrações financeiras padronizadas, nos termos do art. 9º, § 3, da Lei Federal nº 11.079/04, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Legislação Societária Brasileira (Lei Federal nº 6.404/76 e alterações) e nas Normas Contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC;

13.3. No caso de empresas reunidas em CONSÓRCIO, também deverá ser apresentado o correspondente instrumento de compromisso de constituição de CONSÓRCIO, firmado de acordo com as leis brasileiras, subscrito pelos CONSORCIADOS, contendo:

- a) Denominação do CONSÓRCIO;
- b) Composição do CONSÓRCIO, indicando o percentual de participação de cada empresa CONSORCIADA no capital da futura SPE;
- c) Objetivo do CONSÓRCIO, que deverá ser compatível com esta LICITAÇÃO e com o OBJETO do CONTRATO;
- d) Indicação da líder do CONSÓRCIO, que deverá ser empresa brasileira;



- e) Procuração outorgando à líder do CONSÓRCIO contendo poderes expressos, irretratáveis e irrevogáveis para concordar com condições, transigir, compromissar-se, assinar quaisquer papéis, documentos e instrumentos de contratação relacionados a esta LICITAÇÃO e à execução do OBJETO do CONTRATO;
- f) Declaração expressa de todos os participantes do CONSÓRCIO, vigente a partir da DATA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS, de aceitação de responsabilidade solidária, nos termos do art. 33 da Lei Federal no 8.666/93, com suas alterações, no tocante ao OBJETO desta LICITAÇÃO, cobrindo integralmente todas as obrigações assumidas na PROPOSTA, sendo que tal responsabilidade solidária somente cessará, no caso de o CONSÓRCIO ter sido o LICITANTE vencedor, após a assinatura do CONTRATO; e, no caso de o CONSÓRCIO não ter sido o LICITANTE vencedor, em até 30 (trinta) dias contados da DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO.

13.4. As certidões apresentadas para fins de atendimento às exigências de qualificação serão aceitas, quando delas não constar prazo de validade, se emitidas em até 90 (noventa) dias antes do primeiro dia do PERÍODO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES.

13.5. A apresentação por parte da LICITANTE de qualquer DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO falso ou inválido à época do primeiro dia do PERÍODO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES ensejará sua desclassificação da LICITAÇÃO, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

13.6. A Comissão abrirá os volumes dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, os quais terão sua documentação imediatamente por ela rubricadas.

13.7. Analisados os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, haverá a decisão quanto à habilitação das LICITANTES pela Comissão.

**DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA**

13.8. Os documentos a seguir listados devem ser apresentados pelo LICITANTE individual ou por empresa integrante do CONSÓRCIO:

- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, inclusive com a última alteração registrada no registro empresarial que consolidou as disposições do estatuto, contrato social ou ato constitutivo;
- b) prova de eleição dos administradores da LICITANTE, devidamente registrada no registro empresarial ou órgão competente;
- c) apresentação de certidão simplificada da Junta Comercial da sede da LICITANTE, com todos os dados cadastrais atualizados.

13.9. Quando a LICITANTE for fundo de investimento, deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Ato constitutivo, com última alteração arquivada perante órgão competente;
- b) Prova de contratação de gestor, se houver, bem como de eleição do administrador em exercício;
- c) Comprovante de registro do fundo de investimento na CVM;
- d) Regulamento do fundo de investimento e suas posteriores alterações, se houver;
- e) Comprovante de registro do regulamento do fundo de investimento perante o Registro de Títulos e Documentos competente;



- f) Comprovação de que o fundo de investimento se encontra devidamente autorizado a participar da LICITAÇÃO e que o seu administrador pode representá-lo em todos os atos e para todos os efeitos da LICITAÇÃO, assumindo em nome do fundo de investimentos todas as obrigações e direitos que decorrem da LICITAÇÃO;
- g) Comprovante de qualificação do administrador e, se houver, do gestor do fundo de investimento, perante a CVM;

13.10. Quando a LICITANTE for entidade aberta ou fechada de previdência complementar, deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) inscrição ou registro do ato constitutivo, acompanhados da ata que elegeu a administração em exercício, do regulamento em vigor;
- b) comprovante de autorização expressa e específica quanto à constituição e funcionamento da entidade de previdência complementar, concedida pelo órgão fiscalizador competente; e
- c) declaração de que os planos e benefícios por ela administrados não se encontram sob liquidação ou intervenção da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

13.11. No caso de instituições financeiras, e sem prejuízo das demais exigências aplicáveis, comprovação da autorização de funcionamento como instituição financeira e comprovação da homologação da eleição do seu administrador, emitida pelo Banco Central do Brasil;

**DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

13.12. Os LICITANTES e cada um dos integrantes do CONSÓRCIO deverão apresentar os seguintes documentos para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista:

- a) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) comprovação de registro no Cadastro de Contribuintes municipal e/ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE;
- c) prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, (Certidão Negativa de Débitos – CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;
- d) prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- f) prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade de Situação – CRF;
- g) comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da correspondente Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);



13.13. Serão aceitas como comprovação de regularidade fiscal e trabalhista certidões negativas ou certidões positivas com efeito de negativas que noticiem, em seu corpo, que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

13.14. Além dos documentos referidos acima, a LICITANTE deverá apresentar, ainda, os seguintes documentos, devidamente acompanhados da comprovação dos poderes de seus signatários:

- a) Declaração de compromisso de cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo constante do ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE AO ART. 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (REGULARIDADE TRABALHISTA);
- b) Declaração quanto à inexistência de fato impeditivo em participar da LICITAÇÃO, conforme modelo constante do ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO PARA A PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO;
- c) Declaração de capacidade financeira, constante do ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA.

13.15. Quando a LICITANTE for CONSÓRCIO, os documentos relativos à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista indicados neste item deverão ser apresentados individualmente, por cada um de seus membros.

#### **DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

13.16. A LICITANTE ou as LICITANTES integrantes do CONSÓRCIO deverá(ão) apresentar, conforme o caso e em observância aos dispositivos legais, os seguintes documentos:



- a) O balanço patrimonial e demonstrações contábeis, já exigíveis e apresentados na forma da lei, registrados no órgão competente, devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, acompanhados dos termos de abertura e de encerramento, que comprovem a boa situação financeira da empresa, sendo que, do balanço patrimonial apresentado deverão ser extraídos os índices Econômico-Financeiros e de Estrutura de Capital a seguir mencionados para comprovar a capacidade econômico-financeira da LICITANTE:

ÍNDICES FINANCEIROS	
<b>LG = LIQUIDEZ GERAL:</b>  LG= $AC + RLP/PC + ELP$	$\geq 1,0$
<b>LC = LIQUIDEZ CORRENTE:</b>  LC = $AC/PC$	$\geq 1,0$
<b>EG = ENDIVIDAMENTO GERAL:</b>  EG= $PC + PNC/AT$	$\leq 0,75$

Onde:

AC: Ativo Circulante

RLP: Realizável em longo prazo

PC: Passivo Circulante



ELP: Exigível em longo prazo

AT: Ativo Total

PNC: Passivo não circulante

a.1.) As LICITANTES organizadas na forma de sociedade anônima estão dispensadas da apresentação da cópia dos termos de abertura e encerramento do livro diário, todavia deverão apresentar o balanço e demonstrações contábeis publicados no diário oficial ou jornal de grande circulação juntamente com a ata de assembleia geral ordinária que aprovou as suas contas, acompanhados da certidão de regularidade profissional do respectivo contador, em conformidade com o disposto no §3º do art. 133 da Lei nº 6.404/76.

b) Em caso de CONSÓRCIO, a comprovação do atendimento às exigências de índices econômico-financeiros será realizada de forma individual, por empresa consorciada;

c) Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

c1) Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem “d”.

c2) Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens “c” e “d”, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.



- d) A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.
- d1) Na hipótese da Certidão de que trata o subitem “c” ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.
- e) Comprovação de patrimônio líquido mínimo equivalente a R\$ 20.767.600,00 (vinte milhões, setecentos e sessenta e sete mil e seiscentos reais), referente ao valor estimado dos investimentos. No caso de empresas isoladas e, no caso de Consórcio, a comprovação deverá ser equivalente a R\$ 26.997.880,00 (vinte e seis milhões, novecentos e noventa e sete mil e oitocentos e oitenta reais), por meio do somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.
- f) As empresas constituídas após o encerramento do último exercício social deverão apresentar, em substituição ao Balanço Patrimonial e às Demonstrações Contábeis, o Balanço de Abertura.

## **DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL**

13.17. O LICITANTE, ou, no mínimo, 01 (um) dos LICITANTES integrantes do CONSÓRCIO, deverá apresentar atestado (s) emitido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CONFEA, comprovando que a LICITANTE tenha executado, para pessoas jurídicas de direito público ou privado, obras e/ou serviços de características semelhantes ou similares, de complexidade



tecnológica e operacional equivalentes ou superiores às apresentadas a seguir, que são as que tem maior relevância técnica e/ou valor significativo ao objeto da licitação:

- a) Instalação e execução de serviços de gerenciamento completo de sistemas de iluminação pública, com utilização de software específico, incluindo manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento total de materiais, em redes elétricas com sistema de alimentação aérea ou subterrânea de no mínimo 27.087 (vinte e sete mil e oitenta e sete) pontos de luminárias LED, comprovada por um somatório de até 03 (três) atestados concomitantes.

13.17.1. Para efeito do item “a”, acima, serão considerados atestados concomitantes aqueles em que os serviços foram realizados no mesmo período, por ao menos 06 (seis) meses.

13.18. Atestado (s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) já ter a PROPONENTE se responsabilizado pela realização de investimentos na modalidade *Project* ou *Corporate Finance*, de pelo menos R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) com recursos próprios ou de terceiros e retorno de longo prazo, observadas as seguintes condições:

- a) Para efeito do alcance do valor previsto acima é permitido o somatório de documentos de comprovação, desde que, ao menos em um dos empreendimentos referidos nos documentos de comprovação, a LICITANTE tenha investimentos de, no mínimo, R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- b) Não serão admitidos documentos de comprovação de empreendimentos em que a LICITANTE tenha realizado investimento inferior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- c) será considerado como valor de investimento o montante de recursos aplicado na construção, instalação, reforma, ampliação ou modernização da infraestrutura relacionada ao empreendimento atestado;



- d) está dispensado o registro do atestado no CREA ou órgão semelhante;

13.18.1. serão considerados como documentos de comprovação para fins de atendimento deste item:

- a) Declaração e/ou atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado contratantes da execução do empreendimento;
- b) Declaração e/ou atestados fornecidos pelas instituições financeiras que tenham concedido os financiamentos, desde que mencionado o respectivo empreendimento e os valores obtidos; ou
- c) Declaração da LICITANTE ou de AFILIADA que indique os valores investidos com recursos próprios ou de terceiros acompanhada de cópia de contrato de concessão de financiamento firmado com a instituição financeira. Na hipótese de a declaração ser emitida por entidade AFILIADA, será observada a proporção da participação, direta ou indireta, da LICITANTE na respectiva AFILIADA, aplicando-se essa proporção ao valor total do(s) investimento(s) constante do(s) documento(s) de comprovação.

- c.1.) Os valores descritos nos documentos de comprovação acima, serão atualizados, a partir da data de referência de realização do investimento, pelo IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou, na falta deste, por outro índice oficial de inflação.

13.19. Serão admitidos atestados ou declarações de pessoa jurídica relacionada, direta ou indiretamente, por controle societário, à outra pessoa jurídica, seja como controlada, controladora ou coligada (em que a participação mínima da investidora seja de 20% (vinte por cento) do capital votante da investida, de acordo com o art. 243, § 5º, da Lei 6.404/1976) ou por se sujeitar ao controle comum de outra pessoa, física ou jurídica, ou bloco de controle.



13.20. Na hipótese de utilização, por uma LICITANTE, de atestados ou declaração emitido pessoa jurídica relacionada, direta ou indiretamente, por controle societário, à outra pessoa jurídica, seja como controlada, controladora ou coligada, deverá ser apresentado o organograma do grupo econômico e respectivas relações societárias, e a documentação que demonstre efetivamente a vinculação entre as empresas.

13.21. As comprovações exigidas poderão ser realizadas por meio de declarações da LICITANTE ou de pessoa jurídica relacionada, direta ou indiretamente, por controle societário, à outra pessoa jurídica, seja como controlada, controladora ou coligada, quando se tratar de empreendimento(s) próprio(s), e deverão vir acompanhadas dos documentos necessários à comprovação de sua veracidade, tais como contratos de financiamento, balanços patrimoniais e demonstrações de resultado, atos societários de aumento de capital acompanhado dos boletins de subscrição, dentre outros.

13.22. Os atestados emitidos em nome de CONSÓRCIO deverão especificar claramente o serviço efetivamente executado por cada um de seus integrantes. Caso o atestado não indique a parcela de serviço executada por cada um de seus integrantes, será admitido o aproveitamento proporcional dos serviços e quantitativos descritos no atestado de obra ou serviço executado em CONSÓRCIO, na proporção da respectiva participação de cada um de seus integrantes.

#### **DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL**

13.23. Comprovação da LICITANTE de possuir, em seu quadro funcional, profissional de nível superior, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo Conselho Regional correspondente, que comprove ter o profissional executado, para pessoas jurídicas de direito público ou privado, obras ou serviços com características técnicas similares à do objeto da presente Licitação, cujas parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo são as abaixo indicadas:

- a) execução de serviços de gerenciamento completo de sistemas de iluminação pública, com utilização de software específico, incluindo manutenção preventiva



e corretiva, com fornecimento total de materiais, em redes elétricas com sistema de alimentação aérea e subterrânea.

13.23.1. O (s) profissional (is) detentor (es) da CAT, deverá (ão) ter vínculo com a PROPONENTE na DATA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO. A comprovação de vínculo do (s) profissional (is) detentor (es) da CAT pode se dar mediante:

- (i) cópia autenticada do contrato social ou estatuto social;
- (ii) cópia autenticada da Ata da Assembleia, referente à sua investidura no cargo ou o contrato social ou o estatuto social, quando se tratar de dirigente de empresa; e
- (iii) Cópia autenticada do registro na carteira profissional, das anotações de CTPS, acompanhada da Ficha de Registro de Empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

13.23.2. Não será admitida a apresentação de Anotações de Responsabilidade Técnica como acervo técnico.

13.23.3. A Certidão de Acervo Técnico – CAT deverá referir-se às atividades técnicas que façam parte das atribuições legais do (s) profissional (is), sendo que somente serão aceitas as constantes do artigo 1º, da Resolução no 218 do CONFEA e pela Lei Federal nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010 e relacionadas à execução e/ou fiscalização das obras e relacionadas à execução e/ou fiscalização das obras.

#### **14. Da Proposta Técnica – Requisitos, Documentos e Julgamento**

14.1. O volume da PROPOSTA TÉCNICA deverá ser iniciado com carta de apresentação, devidamente assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal (ais) e pelo responsável técnico, conforme modelo constante do ANEXO IX – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA.

14.2. O nome do Responsável Técnico deverá ser indicado expressamente.

14.3. A PROPOSTA TÉCNICA deverá conter os documentos comprobatórios indicados no ANEXO VIII - REQUISITOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA.

14.4. O atestado ou declaração deverá conter, necessariamente:

- a) A identificação clara do objeto, referente à execução de obra ou prestação de serviço;
- b) A identificação dos elementos quantitativos e qualitativos e valores da obra ou serviço;
- c) A identificação do local e do período de execução;
- d) A identificação dos responsáveis técnicos envolvidos e das atividades executadas;
- e) A identificação da pessoa jurídica ou do consórcio contratado para a execução das obras ou serviços a que se refere o atestado de capacidade técnica.

**JULGAMENTO E DECLARAÇÃO DOS RESULTADOS DA PROPOSTA TÉCNICA**

14.5. Para julgamento das PROPOSTAS TÉCNICAS, serão atribuídas notas a cada um dos requisitos exigidos no ANEXO VIII - REQUISITOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA, os quais serão pontuados de acordo com os requisitos de avaliação ali previstos e os requisitos abaixo indicados.

14.6. A Nota Técnica de cada Proponente, calculada com 2 (duas) casas decimais, sem qualquer arredondamento, será determinada por meio das notas atribuídas a cada um dos requisitos exigidos, aplicada a seguinte fórmula:

$$NT=A+B+C$$

Na qual:

NT = Nota Técnica;

A = Nota do Plano de Operação da Rede de Iluminação Pública de Campos de Goytacazes;

B = Nota da experiência Técnica Operacional da Proponente;

C = Nota da Experiência da Equipe Técnica da Proponente;

14.7. O índice técnico de cada Proposta Técnica será obtido pela comparação da Nota Técnica do Proponente com a maior Nota Técnica atribuída, segundo a fórmula a seguir:

$$IT=NT_{prop.}/NT_{máx.}$$

Na qual:

IT = Índice Técnico da Proposta;

NT prop. = Nota Técnica da Proposta em exame;

NT máx. = Maior Nota Técnica.





14.8. Serão desclassificadas as Propostas Técnicas que:

- a) não atinja a pontuação mínima de 60,00 (sessenta) pontos, definida como linha de corte, ou que zera (não obter pontuação) em qualquer um dos subitens contidos em um dos 3 (três) quesitos (Plano Operacional, Experiência Técnica Operacional da Proponente e Experiência da Equipe Técnica do Proponente);
- b) que não apresentar os documentos exigidos para o Envelope “C”, na forma e condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos;
- c) cujos documentos não estiverem assinados por pessoa com poderes para representar a Licitante;
- d) que não estiver redigida em Língua Portuguesa;
- e) Que contiver vícios ou omitir qualquer elemento solicitado.

14.9. Da sessão será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela Comissão e pelos Licitantes.

14.10. Em caso de empate entre mais de uma Proponente, o Poder Concedente dará preferência a uma ou outra, em conformidade com o disposto no art. 3º, § 2º, da Lei no 8.666/1993, procedendo, caso persista o empate, a sorteio na forma do art. 45, § 2º, do mencionado diploma legal.

14.11. Caso, em virtude da complexidade ou do número das Propostas Técnicas e Comerciais, não seja possível julgá-las na própria sessão pública, tal sessão será encerrada e a Comissão designará nova sessão pública, para anúncio da ordem de classificação das Proponentes, já aplicados eventuais critérios de desempate.



14.12. Em qualquer caso, deverá a Comissão manter a guarda da Documentação até a assinatura do Contrato.

14.13. A Comissão ou o Poder Concedente poderão, ainda, pedir informações complementares e efetuar diligências para aferir ou confirmar a autenticidade das informações contidas nos documentos da PROPOSTA TÉCNICA.

### **15. Da Proposta Comercial – Requisitos, Documentos e Julgamento**

15.1. A PROPOSTA COMERCIAL deverá observar todos os requisitos formais previstos no EDITAL e deverá ser iniciada com carta de apresentação, devidamente assinada, conforme modelo constante do ANEXO II – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL.

15.2. Cada LICITANTE deverá apresentar apenas uma PROPOSTA COMERCIAL, sob pena de inabilitação.

15.3. A PROPOSTA COMERCIAL deverá indicar o VALOR DE CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL que a LICITANTE espera receber, na hipótese de atendimento do SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO, considerando o limite de CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL máximo estabelecido no presente Edital.

15.4. O Valor de Contraprestação Mensal deverá estar referenciado à data-base da APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.

15.5. Os critérios, as condições e a periodicidade dos reajustes da REMUNERAÇÃO da CONCESSIONÁRIA estão definidas no ANEXO 4 do CONTRATO – REMUNERAÇÃO E MECANISMO DE PAGAMENTO.

15.6. Em caso de instituição financeira, esta não poderá ser LICITANTE, nem poderá ser CONTROLADORA, CONTROLADA, COLIGADA ou entidade sob CONTROLE comum da LICITANTE, tampouco poderá se encontrar submetida à liquidação,



intervenção ou Regime Especial de Administração Temporária – REAT ou regime equivalente.

15.7. A PROPOSTA COMERCIAL deverá considerar o volume de consumo de energia elétrica nos PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA e a(s) tarifa(s) aplicável(is) com futuros reajustes.

15.8. A PROPOSTA COMERCIAL deverá considerar os valores a serem pagos a título de ressarcimento aos autores dos estudos aproveitados em razão do Chamamento Público.

15.9. A PROPOSTA COMERCIAL deverá considerar a reversibilidade dos bens de patrimônio da SPE, observadas as condições fixadas no CONTRATO; e

15.10. A PROPOSTA COMERCIAL deverá ser válida por 180 (cento e oitenta) dias, contados do último dia do Período para Recebimento dos Envelopes, mantidas todas as suas condições durante esse período.

15.11. Nas PROPOSTAS COMERCIAIS, as LICITANTES deverão considerar, sob pena de desclassificação:

- a) Todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando, às financeiras) necessários para a execução dos ENCARGOS DA CONCESSÃO que incidirão na CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL;
- b) o valor da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL MÁXIMA deve ser indicado em reais (R\$).
- c) Os riscos a serem assumidos pela CONCESSIONÁRIA em virtude da operação da CONCESSÃO, em especial:



- b.1.) O cumprimento do CRONOGRAMA DE MODERNIZAÇÃO;
- b.2.) A realização, ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, de no mínimo 2 (dois) ciclos de investimento, contemplando, em cada um deles, a troca da totalidade das luminárias que integram os PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA por luminárias novas;
- b.3.) A observância dos INDICADORES DE DESEMPENHO;
- b.4.) O prazo da CONCESSÃO, que será de 30 (trinta) anos;
- b.5.) O limite máximo de VALOR DE CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL que a CONCESSIONÁRIA poderá receber, ao longo da CONCESSÃO, conforme estabelecido no presente Edital.

15.12. Serão desclassificadas as PROPOSTAS COMERCIAIS que:

- a) que considerar qualquer benefício fiscal que possa vir a ser conferido à Concessionária, no âmbito da União, do Estado e do Município, durante o Prazo da Concessão, sem que efetivamente exista no momento da Licitação;
- b) que seja considerada inviável financeira ou economicamente com o objeto da Licitação ou inexecutável por qualquer motivo;
- c) que considerar qualquer oferta ou vantagem não admitidas expressamente neste Edital, ou preços e/ou vantagens baseados nas ofertas dos demais Licitantes;

#### **ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL**

15.13. A Comissão verificará a exequibilidade da Proposta de Preços e desclassificará a LICITANTE cuja Proposta de Preços não atender a totalidade das exigências



estabelecidas na legislação aplicável e no Edital, implicar oferta submetida à condição ou termo não previsto neste Edital ou for considerada inexequível.

15.14. As LICITANTES que não forem desclassificadas em razão da inexequibilidade de suas PROPOSTAS, terão suas PROPOSTAS DE PREÇOS pontuadas e, no conjunto, classificadas pela Comissão com base nos critérios de pontuação abaixo indicados.

15.15. A determinação do Índice de Preço será feita mediante a divisão do menor preço proposto para a Contraprestação Mensal, de acordo com a seguinte fórmula:

$$IP = VCP \text{ (menor)} / VCP \text{ (proposta)}$$

Na qual:

IP = Índice de Preço;

VCP (menor) = Menor Valor de Contraprestação;

VCP (proposto) = Valor de Contraprestação proposto.

## **16. Da Avaliação Final**

16.1. Conhecidos os índices técnicos e os índices de preços das Proponentes, proceder-se-á ao julgamento da melhor proposta, assim considerada aquela que obtiver o maior valor de avaliação final.

16.2. O valor de Avaliação Final será determinado por meio da multiplicação do Índice Técnico e do Índice de Preço pelos respectivos fatores de ponderação e com a somatória dos resultados, conforme a seguinte fórmula:



$$AF = (IT \times 4) + (IP \times 6)$$

Na qual:

AF = Avaliação Final;

IT = Índice Técnico;

IP = Índice de Preço.

16.3. A classificação das Proponentes será realizada pela ordem decrescente de valor de Avaliação Final.

16.4. Os Índices Técnico e de Preço e a Avaliação Final serão calculados com 2 (duas) casas decimais, eliminando-se os decimais seguintes sem qualquer aproximação.

16.5. Em caso de empate entre duas ou mais LICITANTES, o Poder Concedente dará preferência a uma ou outra, em conformidade com o disposto no art.3º, §2º, da Lei nº 8.666/1993, procedendo, caso persista o empate, de sorteio na forma do art.45, §2º, do mencionado diploma legal.

16.6. Em qualquer caso, deverá a Comissão manter guardada DOCUMENTAÇÃO até a assinatura do CONTRATO.

## **17. Dos Recursos Administrativos**

17.1. As LICITANTES poderão recorrer das decisões deliberadas pela Comissão em relação à classificação ou desclassificação das PROPOSTAS TÉCNICA e COMERCIAL e da decisão de HABILITAÇÃO ou INABILITAÇÃO, de qualquer uma destas, e ainda, das decisões que resultem em aplicação das sanções e penalidades previstas no EDITAL, da anulação ou revogação da Licitação, nos termos do art.109, I da Lei nº 8.666/1993.

17.2. O recurso deverá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação da correspondente decisão, subscritos por representante(s) legal(is),



procurador com poderes específicos ou qualquer pessoa substabelecida em tais poderes específicos, desde que instruídos com demonstração dos poderes, devendo ser protocoladas no Protocolo Geral da Prefeitura, situada na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 – Pq. Santo Amaro, Campos dos Goytacazes/RJ no horário das 9h às 17h, dias úteis, identificados como segue:

**Recurso Administrativo**

Comissão Permanente de Licitação

Concorrência nº 002/2019

[Razão Social da LICITANTE ou Denominação do Consórcio]

17.3. O recurso interposto será comunicado às demais LICITANTES, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis por meio de Impugnação protocolada no Protocolo Geral da Prefeitura, situada na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 – Pq. Santo Amaro, Campos dos Goytacazes/RJ no horário das 9h às 17h, dias úteis.

17.4. Para todo recurso será considerado para contagem do prazo o primeiro dia útil seguinte da intimação, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

18.5. A Comissão poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, ou fazê-lo subir à autoridade superior, devidamente informado, para deferimento ou indeferimento, observado, também para esse caso, o prazo de 05 (cinco) dias úteis.

18.6. O recurso previsto terá efeito suspensivo, podendo o Poder Concedente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.



17.5. Concluído o julgamento dos eventuais recursos, o resultado será publicado no Diário Oficial do Município.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo e horário ou em local diferente do indicado não serão conhecidos.

### **18. Da Homologação e da Adjudicação**

18.1. O resultado da LICITAÇÃO será submetido pela Comissão à Superintendência de Iluminação Pública, para homologação.

18.2. A divulgação da LICITANTE vencedora será realizada por meio de aviso a ser publicado no Diário Oficial de Campos dos Goytacazes.

18.3. O Poder Concedente adjudicará o objeto da LICITAÇÃO, após a homologação, e convocará, mediante publicação no Diário Oficial de Campos dos Goytacazes, a ADJUDICATÁRIA para assinatura do CONTRATO, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data da mencionada publicação.

18.3.1. O prazo previsto acima poderá ser prorrogado por até outros 60 (sessenta) dias se solicitado durante o seu transcurso pela ADJUDICATÁRIA e desde que decorra de motivo devidamente justificado e aceito pelo PODER CONCEDENTE, sendo admitida, ainda, a prorrogação por determinação do PODER CONCEDENTE.

18.4. A ADJUDICATÁRIA deverá apresentar como condição para assinatura do CONTRATO a comprovação da contratação do Agente Fiduciário.

18.5. Em até 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para assinatura do CONTRATO, a ADJUDICATÁRIA deverá comprovar ao Poder Concedente que prestou as garantias previstas no CONTRATO e contratou as coberturas de seguro previstas no CONTRATO.





18.6. No mesmo prazo estipulado no item acima, a ADJUDICATÁRIA deverá, ainda, apresentar ao PODER CONCEDENTE os documentos que comprovem ter constituído a SPE, com a integralização de capital social no valor mínimo de R\$ 16.000,00,00 (dezesesseis milhões de reais), sendo R\$8.000.000,00 (oito milhões de Reais) deverão ser integralizados até a data da assinatura do CONTRATO e R\$8.000.000,00 (oito milhões de Reais) no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura do CONTRATO, apresentando a correspondente certidão emitida pela Junta Comercial do e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

18.7. Deixando a ADJUDICATÁRIA de assinar o CONTRATO no prazo fixado no presente Edital, poderá o PODER CONCEDENTE, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, convocar as LICITANTES remanescentes na respectiva ordem de classificação, nos termos do art. 13, III, da Lei nº 11.079/2004.

18.7.1. Na hipótese acima e em virtude de fatos supervenientes, o PODER CONCEDENTE poderá revogar a licitação, mediante decisão devidamente justificada em prol do interesse público.

## **19. Das Sanções e Penalidades**

19.1. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o CONTRATO dentro do prazo estabelecido pelo PODER CONCEDENTE, ou o não atendimento das condições precedentes para a assinatura do CONTRATO nos termos e prazos previstos no presente EDITAL, permitirá a aplicação das seguintes sanções:

- a) multa correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado do CONTRATO;
- b) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses;
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a

própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

19.2. A sanção prevista na letra “a” acima poderá ser aplicada cumulativamente com uma das demais penalidades discriminadas no mesmo subitem, tendo-se por base a gravidade da infração e os parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade a serem observados em cada caso, assegurada a ampla defesa e o contraditório à ADJUDICATÁRIA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, e de 10 (dez) dias, para a hipótese de aplicação da declaração de inidoneidade.

19.3. A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração e a sanção de declaração de inidoneidade também poderão ser aplicadas àqueles que fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal e àqueles que não mantiverem a PROPOSTA COMERCIAL.

19.4. O PROPONENTE que tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com o PODER CONCEDENTE em virtude de atos ilícitos praticados estará sujeito à aplicação das sanções previstas no art. 87, III e IV, da Lei no 8.666/93, garantido o direito prévio ao contraditório e a ampla defesa.

### **CAPÍTULO III – DAS DISPOSIÇÕES RELACIONADAS AO CONTRATO**

#### **20. Das Condições Precedentes à Assinatura do Contrato**

20.1. Para a assinatura do CONTRATO, a ADJUDICATÁRIA deverá constituir uma SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, nos termos deste EDITAL e do CONTRATO.



20.2. Caso a ADJUDICATÁRIA seja LICITANTE individual, deverá criar subsidiária integral para atender ao disposto no item precedente, devendo firmar o CONTRATO e assumir responsabilidade solidária em relação à subsidiária integral.

20.3. Em até 05 (cinco) dias úteis antes da data prevista para assinatura do CONTRATO, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE os documentos que comprovem ter constituído a SPE, com a integralização de capital social no valor mínimo de R\$ 16.000,00,00 (dezesesseis milhões de reais), sendo R\$8.000.000,00 (oito milhões de Reais) deverão ser integralizados até a data da assinatura do CONTRATO e R\$8.000.000,00 (oito milhões de Reais) no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura do CONTRATO, apresentando a correspondente certidão emitida pela Junta Comercial do e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

20.4. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis antes da data de assinatura do CONTRATO, a ADJUDICATÁRIA prestará e manterá GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do VALOR TOTAL DO CONTRATO.

20.4.1. A GARANTIA DE EXECUÇÃO será liberada com base no disposto na MINUTA DO CONTRATO.

20.4.2. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO pela CONCESSIONÁRIA servirá para cobrir:

a) o ressarcimento de custos e despesas incorridas pelo PODER CONCEDENTE, face ao inadimplemento da CONCESSIONÁRIA, para levar a efeito obrigações e responsabilidades desta;



b) o pagamento de multas que forem aplicadas à CONCESSIONÁRIA em razão de inadimplemento no cumprimento de suas obrigações contratuais, conforme os termos do CONTRATO.

20.4.3. Se o valor das multas impostas à CONCESSIONÁRIA for superior ao valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO prestada, além da perda desta, a CONCESSIONÁRIA responderá pela diferença e pela reposição do valor integral da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO no prazo de 15 (quinze) dias úteis da respectiva notificação, sob pena de cobrança.

20.4.4. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ofertada não poderá conter quaisquer ressalvas ou condições que possam dificultar ou impedir sua execução, ou que possam suscitar dúvidas quanto à sua exequibilidade.

20.4.5. As despesas referentes à prestação da GARANTIA DE EXECUÇÃO do Contrato correrão exclusivamente em nome e a expensas da CONCESSIONÁRIA.

20.4.6. A Garantia DE EXECUÇÃO DO CONTRATO pela CONCESSIONÁRIA será reajustada periodicamente, na mesma data e pela mesma fórmula aplicável ao VALOR DA CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL.

20.4.7. Sempre que se verificar o reajuste da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá complementá-la, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da vigência do reajuste.

20.4.8. A não prestação ou complementação, no prazo fixado, da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, dará ao Poder Concedente o direito de aplicar multa de 0,1% (zero vírgula um por cento), do valor total do contrato por dia de atraso.

20.5. Em até 05 (cinco) dias úteis antes da data prevista para assinatura do CONTRATO, a ADJUDICATÁRIA deverá comprovar ao PODER CONCEDENTE que

ressarcir os responsáveis pela elaboração dos ESTUDOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO.

20.6. Preenchidos todos os requisitos para a assinatura do CONTRATO, será providenciada a sua assinatura e a respectiva publicação no Diário Oficial de Campos dos Goytacazes, a partir do quê o PODER CONCEDENTE poderá emitir a ORDEM DE INÍCIO dos serviços.

## **21. Do Contrato**

21.1. O Contrato obedecerá aos termos da MINUTA DO CONTRATO, constante do Anexo X deste Edital.

21.2. A legislação brasileira aplicável será aquela em vigor na data dos atos ou fatos que vierem a ocorrer.

21.3. O Contrato deverá prever o emprego de arbitragem como mecanismo de resolução de eventuais disputas entre a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE.

21.4. O Contrato deverá prever, ainda, a garantia de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL devida à CONCESSIONÁRIA.

21.5. O PODER CONCEDENTE providenciará a publicação do extrato do CONTRATO no Diário Oficial do Município, bem como de seus eventuais aditamentos.

## **22. Da Concessionária**



22.1. A CONCESSIONÁRIA será uma SPE, constituída sob a forma de sociedade por ações, de acordo com a lei brasileira, com a finalidade exclusiva de operar a CONCESSÃO, devendo estar sediada no Município de Campos dos Goytacazes.

22.2. O capital social mínimo da CONCESSIONÁRIA será de R\$16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais), nos termos estabelecidos na MINUTA DO CONTRATO.

22.3. A CONCESSIONÁRIA não poderá, durante o prazo da CONCESSÃO, reduzir o seu capital social abaixo do valor mínimo acima especificado, sem prévia e expressa autorização, por escrito, do PODER CONCEDENTE.

22.4. O Estatuto Social da CONCESSIONÁRIA deverá contemplar cláusula que vede alteração de seu objeto social sem prévia e expressa anuência do PODER CONCEDENTE.

22.5. O exercício social da CONCESSIONÁRIA e o exercício financeiro do CONTRATO coincidirão com o ano civil, feita exceção do primeiro ano, que terá início no dia de assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO.

22.6. Sem prejuízo da regulamentação do Município de Campos dos Goytacazes, a titularidade do Controle da CONCESSIONÁRIA deverá ser exercida pela LICITANTE vencedora, ressalvada a transferência do Controle:

- a) aos seus financiadores, conforme a MINUTA DO CONTRATO;
- b) a terceiros, mediante prévia autorização do Poder Concedente, obedecido o disposto na MINUTA DO CONTRATO, o que só poderá ocorrer após a data de assinatura do CONTRATO.

22.7. A SPE deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamento, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Legislação Societária Brasileira (Lei nº 6.404/1976 e alterações), em regras e regulamentações da



CVM e das Normas Contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, nos termos do § 3º do art. 9º da Lei Federal no 11.079/2004.

22.8. Assinado o instrumento contratual, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, durante toda a sua execução, as condições de habilitação e qualificação exigidas na LICITAÇÃO.

### **23. Da Fiscalização da Concessão**

23.1. O CONTRATO será gerido pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, por meio da Superintendência de Iluminação Pública, na pessoa do Superintendente, que terá a responsabilidade sobre o reequilíbrio econômico-financeiro, de incidentes relativos a pagamentos, de questões ligadas à documentação, ao controle dos prazos de vencimento, de prorrogação, do acompanhamento macro da execução do contrato; da emissão de pareceres em todos os atos da Administração relativas à execução do contrato, aplicando sanções, alteração e repactuação do contrato; monitoramento da verificação do cumprimento das obrigações e recolhimento de encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais da contratada, conforme o caso; monitoramento do atesto de notas fiscais.

23.2. A FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO, abrangendo todas as atividades da CONCESSIONÁRIA, durante todo o prazo do CONTRATO, será executada pelo PODER CONCEDENTE.

23.3. No exercício da fiscalização, o PODER CONCEDENTE, valer-se-á, também, de empresa de auditoria especializada independente, contratada diretamente pelo Poder Concedente, para auxiliá-lo na avaliação do SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO e cálculo da variação da contraprestação mensal efetiva, podendo se for o caso, auxiliar em processos de avaliação de equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

23.3.1. Caso o Verificador Independente não seja contratado antes do início da verificação do SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO os



pagamentos da contraprestação, com aplicação do índice de desempenho, serão realizados mediante relatório do PODER CONCEDENTE.

23.3.2. Os relatórios emitidos pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE deverão ser submetidos à avaliação de Comissão designada pelo PODER CONCEDENTE que terá a prerrogativa de analisá-los quanto à sua adequação em relação aos encargos executados pelo Concessionário.

23.4. A CONCESSIONÁRIA facultará ao PODER CONCEDENTE, ou a qualquer outra pessoa por esta credenciada, o livre acesso aos livros e documentos relativos à CONCESSIONÁRIA, bem como a registros das atividades abrangidas pela CONCESSÃO, incluindo estatísticas e registros administrativos, e prestará sobre esses, no prazo que lhe for estabelecido, os esclarecimentos que lhe forem formalmente solicitados, sem prejuízo da manutenção de sistema de monitoramento eletrônico, interligado com o Poder Concedente, para acompanhamento, em tempo real, de todas as ocorrências relacionadas com o objeto da concessão.

23.5. O PODER CONCEDENTE registrará e processará as ocorrências apuradas pela fiscalização, notificando a CONCESSIONÁRIA para regularização das falhas ou defeitos verificados, sem prejuízo da eventual aplicação de penalidades previstas neste CONTRATO.

23.6. Mesmo que as falhas e defeitos apurados pela fiscalização não ensejem a aplicação imediata de penalidades, o descumprimento dos prazos de regularização ou correção determinados pelo PODER CONCEDENTE ensejará a lavratura de auto de infração, sujeitando a CONCESSIONÁRIA à aplicação de penalidades previstas no CONTRATO.

23.7. O PODER CONCEDENTE poderá exigir, nos prazos que vier a especificar, que a CONCESSIONÁRIA apresente um plano de ação visando reparar, corrigir, interromper, suspender ou substituir qualquer atividade executada de maneira viciada, defeituosa ou incorreta.





23.8. Em caso de omissão da CONCESSIONÁRIA quanto à obrigação prevista nesta Cláusula o PODER CONCEDENTE poderá proceder à correção da situação, diretamente ou por intermédio de terceiro, inclusive com a possibilidade de ocupação provisória dos bens e instalações da CONCESSIONÁRIA.

23.9. O PODER CONCEDENTE poderá sempre se valer da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO para o ressarcimento dos custos e despesas envolvidos, no cumprimento das obrigações previstas nos itens supra, bem como por eventuais indenizações devidas a terceiros e para remediar os vícios, defeitos ou incorreções identificadas.

#### **24. Da Prestação de Informações**

24.1. Durante o prazo da Concessão, e sem prejuízo das demais obrigações de prestar as informações estabelecidas no Contrato ou na legislação, em especial, a manutenção de sistema de monitoramento eletrônico interligado com o PODER CONCEDENTE, para acompanhamento, em tempo real, de todas as ocorrências relacionadas com o objeto da concessão, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a:

- a) apresentar a competente Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, dentro de 15 (quinze) dias, contados da DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO, conforme a Resolução nº 425/98 – CONFEA;
- b) dar conhecimento imediato ao PODER CONCEDENTE de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações previstas no CONTRATO e que possa constituir causa de intervenção, caducidade da Concessão ou rescisão do CONTRATO;
- c) apresentar, anualmente, ao PODER CONCEDENTE, relatório com informações detalhadas sobre:

c.1) o SCG (SISTEMA CENTRAL DE GERENCIAMENTO);



- c.2) o inventário da REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA; e
- c.3) Demais informações exigidas no CADERNO DE ENCARGOS.
  
- d) disponibilizar ao PODER CONCEDENTE, mensalmente, relatório com as reclamações dos USUÁRIOS, bem como as respostas fornecidas e as providências adotadas em cada caso;
  
- e) apresentar ao PODER CONCEDENTE, em até 30 (trinta) dias contados a partir do fim do trimestre, suas demonstrações financeiras trimestrais completas;
  
- f) apresentar ao PODER CONCEDENTE, anualmente, em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do encerramento do exercício, relatório auditado de sua situação contábil, incluindo, dentre outros itens, o balanço patrimonial e a demonstração de resultados correspondentes; e relatório anual de conformidade, contendo a descrição:
  - f.1) das atividades realizadas;
  - f.2) das RECEITAS ACESSÓRIAS eventualmente auferidas no período; e
  - f.3) dos investimentos e desembolsos realizados;
  - f.4) das obras realizadas;
  - f.5) das atividades de manutenção preventiva e emergencial;
  - f.6) dos eventuais períodos de interrupção do serviço e suas justificativas;
  - f.7) do cumprimento das metas, do CRONOGRAMA DE consumo de energia elétrica e dos valores pagos à distribuidora/fornecedora;
  - f.8) outros dados relevantes;
  
- g) dar imediato conhecimento ao PODER CONCEDENTE da ocorrência de qualquer litígio, bem como do eventual descumprimento dos termos do contrato de fornecimento de energia elétrica com o respectivo fornecedor, prestando ao PODER CONCEDENTE toda a informação relativa à(s) sua(s) evolução(ões); e
  
- h) Apresentar ao PODER CONCEDENTE, no prazo estabelecido por este, outras informações adicionais ou complementares que este, razoavelmente e sem que



implique ônus adicional significativo para a CONCESSIONÁRIA, venha a formalmente solicitar.

## **25. Da Garantia Pública da Contraprestação Mensal**

25.1. Pela execução do objeto do CONTRATO, o PODER CONCEDENTE pagará à CONCESSIONÁRIA a CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL nos termos da MINUTA DO CONTRATO.

25.2. Para garantir o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL e de quaisquer outros valores devidos à CONCESSIONÁRIA no âmbito da CONCESSÃO, o Município de Campos dos Goytacazes instituirá garantia pública, nos termos previstos na MINUTA DO CONTRATO.

25.3. A garantia pública poderá ser constituída por quaisquer dos mecanismos admitidos em lei, nos termos do art. 8º da Lei no 11.079/2004.

## **26. Dos Seguros**

26.1. A CONCESSIONÁRIA, além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, deverá assegurar a existência e manutenção em vigor, durante todo o prazo de duração da CONCESSÃO, das apólices de seguro necessárias para garantir uma efetiva cobertura dos riscos inerentes à execução das atividades pertinentes à CONCESSÃO, em condições aceitáveis pelo Poder Concedente, e praticadas pelo Mercado Segurador Brasileiro, nos termos da MINUTA DO CONTRATO.

26.2. Nenhuma obra ou serviço poderá ter início ou prosseguir sem que a CONCESSIONÁRIA apresente ao PODER CONCEDENTE comprovação de que as apólices dos seguros exigidos neste EDITAL se encontram em vigor, nas condições estabelecidas, podendo ser apresentadas apólices provisórias, desde que as garantias estejam sempre cobertas conforme exigido neste EDITAL.



26.3. Em caso de descumprimento pela CONCESSIONÁRIA da obrigação de contratar ou manter as apólices de seguro descritas na MINUTA DO CONTRATO, o PODER CONCEDENTE poderá proceder à contratação e ao pagamento direto dos prêmios das referidas apólices, correndo os respectivos custos por conta exclusiva da CONCESSIONÁRIA.

## **CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **27. Das Diligências e Informações Complementares**

27.1. A Administração poderá, ainda, em qualquer fase do certame, pedir informações complementares e efetuar diligências para aferir ou confirmar a autenticidade da documentação apresentada pela Licitante.

### **28. Do Ressarcimento dos Custos dos Estudos**

28.1. À CONCESSIONÁRIA caberá o pagamento, em até 15 (quinze) dias úteis antes da assinatura do CONTRATO, do valor de R\$ 2.050.000,00 (dois milhões e cinquenta mil reais), como ressarcimento dos custos incorridos na elaboração dos estudos de viabilidade e projeto básico, sem a devida comprovação não será assinado o CONTRATO, pelo PODER CONCEDENTE.

### **29. Do Foro**

29.1. Fica eleito o Foro de Campos dos Goytacazes, para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação desta Licitação ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

Campos dos Goytacazes-RJ, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

DANIEL DUARTE MICHEL  
Superintendente de Iluminação Pública

**ANEXOS AO EDITAL**

**ANEXO I** – PLANO DE NEGÓCIOS DE REFERÊNCIA;

**ANEXO II** - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL;

**ANEXO III** - MODELO DE PROCURAÇÃO;

**ANEXO IV** – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

**ANEXO V** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE AO ART. 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (REGULARIDADE TRABALHISTA);

**ANEXO VI** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO PARA A PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO;

**ANEXO VII** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA.

**ANEXO VIII** - REQUISITOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA.

**ANEXO IX** – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA.

**ANEXO X** – MINUTA DO CONTRATO;

**ANEXOS AO CONTRATO:**

- ⇒ ANEXO 1 DO CONTRATO - TERMO DE ARROLAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE BENS, NOS TERMOS DO
- ⇒ ANEXO 2 DO CONTRATO – CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA;
- ⇒ ANEXO 3 DO CONTRATO – SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DISPONIBILIDADE E DESEMPENHO;
- ⇒ ANEXO 4 DO CONTRATO – REMUNERAÇÃO E MECANISMO DE PAGAMENTO;
- ⇒ ANEXO 5 DO CONTRATO – CONTRATO FIANÇA BANCÁRIA;
- ⇒ ANEXO 6 DO CONTRATO – SEGURO-GARANTIA;
- ⇒ ANEXO 7 DO CONTRATO – MODELO DE CONTRATO COM AGENTE FIDUCIÁRIO;



PREFEITURA DE

**CAMPOS**

SUPERINTENDÊNCIA DE  
ILUMINAÇÃO PÚBLICA

- ⇒ ANEXO 7-A DO CONTRATO – PROCURAÇÃO OUTORGADA PELO PODER CONCEDENTE AO AGENTE FIDUCIÁRIO;
- ⇒ ANEXO 8 DO CONTRATO – ACEITE DE ATIVIDADES CONCLUÍDAS;